



## **JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE: POSSIBILIDADES PARA A COMPREENSÃO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA JUVENIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Carlos Roberto Marinho da Costa II<sup>1</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

No campo das políticas públicas brasileiras, a juventude tem auferido relativo destaque, dado os movimentos nacionais e globais de luta por melhores condições de vida desta população. Em 1985 a Organização das Nações Unidas decretou ano internacional da juventude e por meio dele, incentivou que os países promovessem políticas públicas específicas para esta faixa etária, que prevenisse situações de risco e que promovesse sua integração ao desenvolvimento social. No Brasil, os primeiros marcos institucionais de juventude tardou a ser efetivado, quando em 2005 foi criado a Secretaria Nacional de Juventude, que absorveu o papel de articulador dos programas, projetos e ações destinadas a juventude.

Na realidade contemporânea, um traço marcante da juventude é sua corrente exposição a situações de riscos e violências, que marca o cotidiano deste segmento populacional, com diferentes expressões e variando de acordo com sexo, classe social, raça/etnia. Neste cenário os homens são as maiores vítimas da violência, bem como seus principais agentes. A taxa média de mortalidade masculina por causa externa na década foi de 119,6/100.000 habitantes, sendo cinco vezes maior que a taxa média observada para as mulheres. Os números oficiais existentes sobre violência confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil. Isto se manifesta de maneira explícita no caso dos homicídios, sendo as taxas deste crime entre jovens do sexo masculino, comparadas a regiões marcadas por guerras civis.

Este fato evidencia a histórica construção social do ser homem e mulher no mundo ocidental contemporâneo, com fortes raízes da cultura judaico-cristã, que busca circunscrever essência do ser masculino e sua relação hegemonicamente associada a um conjunto de ideias e práticas que identificam essa identidade à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica sexual. Ser homem diante de valores culturais marcados por esquemas

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, especialista em Planejamento e Gestão da política de Saúde pela FIOCRUZ/IMIP, especialista em Gestão ambiental pela Universidade de Pernambuco e graduado em Serviço Social pela UFPE, Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Joaquim Nabuco e Secretário de Assistência Social do Município dos Barreiros.



rígidos e uma imagem masculina unívoca, associada a posições de poder. Ser homem é sinônimo, sobretudo, de não ter medo, não demonstrar sentimentos, fragilidades, de arriscar-se diante do perigo, demonstrar coragem. Determinados símbolos como armas, carros, esportes radicais, o espaço público, dentre outros, fazem parte desse universo masculino, influenciando sobremaneira no comportamento dos homens-jovens e seus relação com a violência. Embora esse modelo hegemônico de masculinidade construído a partir de valores patriarcais e machistas já tenha sido tão amplamente criticado e mesmo que em época recente ele conviva com outros modelos, ainda prepondera a noção de que existe associação entre essa masculinidade viril, o espírito de competição e violência, sem suas mais diversas expressões.

Neste lastro de discussão, o presente artigo busca lançar reflexões sobre a violência juvenil no Brasil contemporâneo, à luz da discussão teórica no campo conceitual de gênero, tendo como cenário de debate a discussão acerca das masculinidades, como forma de superação, crítica ou ao menos resignificação da cultura machista que conforma e justifica perfis hegemônicos do “ser homem” na atualidade. Busca-se a partir deste trabalho, explicitar as repercussões desse modelo masculino hegemônico na atual configuração da violência e tecer algumas reflexões buscando contribuir para a superação desta cultura tradicional em busca de uma nova sociabilidade.

## **2. JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: UMA RELAÇÃO NÃO -ONTOLÓGICA**

Na busca de definir o que é a juventude, a UNESCO em 2005, a descreveu como o “período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância a condição de adultos e durante o qual, se produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades” (UNESCO, 2005, p.16). Desta forma, compreende-se a juventude como uma categoria social, perpassada pela da faixa etária, ao mesmo tempo, que reflete uma representação sócio-cultural e uma situação social determinada. Por essa via, o termo juventude, trata de uma concepção, representação ou criação simbólica, oriunda dos grupos sociais ou pelos próprios sujeitos tidos como jovens, para designar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Como observa Groppo (2000), a juventude metamorfoseia-se de acordo com a classe social, o grupo étnico/racial, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico nacional e regional, dentre outros aspectos.

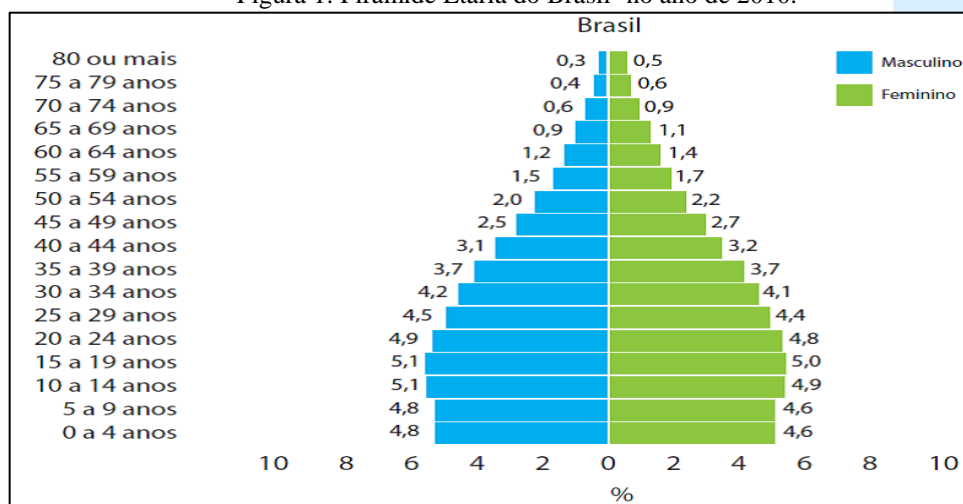
Em nível global a juventude emerge como demandante de ação estatal na década de 1990, com a acentuação da exclusão social que atingia de forma privilegiada à juventude



“vivia-se então o ápice da nova divisão internacional do trabalho; aprofundava-se a globalização de mercados; a desterritorialização dos processos produtivos; flexibilização das relações de trabalho e as transformações tecnológicas” (NOVAES, 2011, p. 344), este cenário apresentou um quadro social e político favorável para que as expressões da questão social, que incide em diversos aspectos da vivência juvenil, passasse a ser mediada pelo Estado, Portanto, sendo tratado enquanto um problema político. Não obstante, a instituição da política de juventude brasileira sofreu um retardo significativo, preservando-se enquanto uma política transversal, tendo suas demandas atendidas por políticas generalistas a exemplo da política de Educação, Saúde, dentre outras, quando em 05 de agosto de 2013 foi aprovada a Lei nº12.852, mais conhecida como Estatuto da Juventude.

Com a afirmação das pautas específicas da juventude, esta geração tem fortalecido suas reivindicações na cena política, emergindo em nossa sociedade enquanto um novo ator social, se configurando enquanto um segmento etário sobre o qual residem direitos específicos, haja vista as diversas problemáticas sofridas pela juventude brasileira contemporânea. A construção da agenda temática de juventude atravessou as últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, tendo como fator impulsionador o fenômeno que ficou conhecido como “Onda Jovem”, quando a juventude passa a representar o maior segmento da pirâmide etária brasileira, conforme figura abaixo.

Figura 1: Pirâmide Etária do Brasil- no ano de 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

O crescimento populacional evidenciou algumas problemáticas experienciada pela juventude, que somados a fatores globais e locais se configurou na questão juvenil do século XXI. As expressões da crise no universo juvenil podem ser representadas pela dificuldade de



emancipação familiar, dado o deficitário acesso ao primeiro emprego e ao sistema de ensino superior, além de desigualdades e inseguranças, com grande participação de episódios violentos que acarretam em mortes, sendo este último o cerne da problematização deste estudo. Cabe pontuar que a categorização etária representada no termo “juventude”, sua duração e significação social, são elementos históricos e culturais, desta forma, a juventude, no interior no pensamento sociológico, nasce apenas na sociedade moderna ocidental no século XX, como um tempo a mais de preparação para as tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais na sociedade capitalista- industrial (ABRAMO, 2005).

Com a emergência das discussões teóricas e práticas acerca de problemáticas afetas a temática “juventude” ganha grande relevo as produções bibliográficas sobre o tema em pauta, destacando-se devido ao seu crescimento quantitativo e qualitativo. As problemáticas que circundam e fundamentam tais estudos e publicações ainda são muito influenciadas pelo quadro da “condição juvenil” e “situações juvenis”, entretanto as fundamentações teóricas, que emanam da realidade social contemporânea são outras, conforma relata Abramo (2005, p. 43):

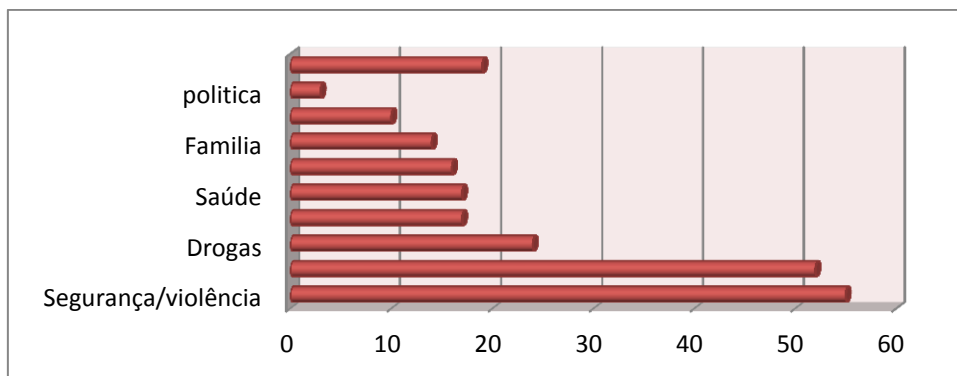
[...] se há tempos atrás todos começavam seus texto a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição.

A transformação paradigmática da ótica prevalecente nos estudos sobre a juventude, enquanto categoria sociológica, além de reconhecer este segmento populacional enquanto um sujeito plural, repleto de possibilidades e alternativas, para além dos problemas experienciados, apresentam a necessidades identificar os posicionamentos políticos das juventudes, reconhecendo-os enquanto um importante sujeito social. Este reconhecimento de caráter político e social, fortalece e corrobora com a perspectiva do protagonismo juvenil, tendo inspirado uma grande pesquisa intitulada de “perfil da juventude brasileira<sup>2</sup>”. Uma das perguntas lançadas aos jovens, procurava escuta-los sobre os problemas que mais os preocupam atualmente, como resposta foi representadas estatisticamente no gráfico 1:

**Gráfico 1; Problemas que preocupam a juventude- 2005**

---

<sup>2</sup> A pesquisa em tela, realizada em 2005, financiada pelo instituto cidadania, em parceria com a editora e fundação Perseu Abramo, entrevistou jovens de todas as regiões do país sobre diversos temas que incidem no universo juvenil.



Fonte: ABRAMO, 2005.

Como se pode observar no gráfico, a maior preocupação dos jovens que participaram da pesquisa foi fundamentada na violência e na falta de segurança. Assim, para além dos dados estatísticos que tratam de relacionar juventude a episódios de violência, os próprios jovens reconhecem a importância desse debate no Brasil atual e requisitam da poder pública a devida atenção para com esta problemática. A relação juventude-violência se evidencia quando analisamos a elevação das taxas de mortalidade dos homens jovens, mais especificamente nas mortes por causas externas. A taxa de mortalidade de homens jovens, classificadas como causas externas<sup>3</sup> representava uma razão de 161,2 óbitos por 100 mil habitantes em 1980, evoluindo para 204 por 100 mil habitantes no ano 2000, apresentando, portanto, um crescimento de 25%. Nos anos de 2000 e 2006, houve uma leve redução da mortalidade de homens jovens para a razão de 192,6 óbitos para cada 100 mil habitantes, dados infinitamente superiores a mortalidades de mulheres jovens (CAMARANO et al, 2009).

No Brasil, de 1991 a 2000, ocorreram 1.118.651 mortes por causas externas, das quais 926.616 ou 82,8% eram homens. Nesse período, a taxa média de mortalidade masculina por essas causas na década foi de 119,6/100.000 habitantes, sendo cinco vezes maior do que a taxa média observada para as mulheres (24/100.000 habitantes). Existe diferenciação da mortalidade por causas externas entre os sexos, ao longo de toda a vida ocorre maior mortalidade masculina, mas essa sobremortalidade se intensifica na fase da adolescência e início da idade adulta. Dos 15 aos 19 anos, os homens morrem 6.3 vezes mais do que as mulheres por essas causas; na faixa etária seguinte – dos 20 aos 24 anos –, a taxa dos homens é 10.1 vezes maior que a das mulheres nessa mesma faixa. (SOUZA, 2005).

No ano de 2006, do total de óbitos de homens jovens 77%, foram classificadas como causas externas, destes 56,8% foram causadas por homicídios (CAMARANO et al, 2009).

<sup>3</sup> A terminologia Causas externas reúne todas as formas de óbitos por causas não- naturais, portanto motivados por acidentes, violências.



Dado a relevância que a temática da violência vivida pela juventude no Brasil, WASELFISZ (2013), reservou o mapa da violência- 2013, para fornecer um estudo focado nas estatísticas de causas externas que acometem a juventude. Identifica-se que a taxa de homicídio juvenil que em 1996 era de 42,4 para 100 mil habitantes, atingiu em 2011 o número de 53,4, concluindo o autor que:

Os estudos existentes coincidem na afirmação de que a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina só representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina (WASELFISZ, 2013, p.69).

Com base nestes dados, e com a revisão de literatura sobre o tema, podemos inferir que a violência ocasiona uma sobremortalidade da juventude masculina brasileira, de forma que do ponto de vista sanitário, o período etário compreendido entre 15-29 anos, seja considerado de alto risco para a mortalidade e violências. Cabe salientar que este fator se torna perceptível para os próprios jovens identificam a incidência de fatores e condutas de risco na vivência do universo juvenil brasileiro, conforme retrata a pesquisa intitulada de *perfil da Juventude Brasileira- 2005*.

A violência ontologicamente falando esteve presente em todas as sociedades ao longo da história universal. Segundo Minayo, “a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente” (1994, p.7). Nestes termos, a busca da compreensão e entendimento do fenômeno violência, sua natureza, origem, motivações e impactos; existem desde tempos imemoriais, objetivando sua atenuação, prevenção e eliminação no convívio social. Entretanto, estamos nos deparando com uma nova expressão social da violência entre os homens jovens, e como tal precisamos buscar construir um conhecimento que tragam a luz este novo fenômeno para se construir estratégias para seu enfrentamento, por meio de políticas públicas.

### **3. JUVENTUDE, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA.**

Na tentativa de construir reflexões tendo como *telos* a compreensão do fenômeno da violência juvenil e masculina e de como esta faixa geracional passou a ser a vítima e ator privilegiado da violência, não basta apenas nos debruçarmos sobre as expressões da violência em si, mas, sobretudo compreende-lo nos marcos da realidade estrutural e conjuntural, bem como as condições subjetivas desses sujeitos. Assim “desvendar” a constante recorrência da



relação violência-juventude-masculinidades perpassa a construção da identidade de gêneros nos marcos do sistema capitalista contemporâneo.

Os dados estatísticos oficiais disponíveis acerca da violência reafirmam que os jovens estão entre as principais vítimas e autores dos crimes letais intencionais no Brasil, inscrevendo a juventude enquanto uma “população de risco”. A violência provoca uma sobremortalidade nos adolescentes e jovens-adultos do sexo masculino, conforme observados ao longo do item anterior. As discussões sobre a masculinidade, principalmente no campo da saúde pública, têm sido perpassadas por questões relacionadas à violência. Schraiber e colaboradores (2005) chamam a atenção para a magnitude da violência vivida por homens na esfera pública, apontando que cerca de um em cada dois homens já experimentou alguma situação de agressão física.

A relação masculinidade-violência-juventude vêm ganhando destaque influenciados pela forte participação desse segmento juvenil em atos violentos. Em geral, segundo dados epidemiológicos, os homens são mais assassinados dos que as mulheres, mas é entre os homens mais jovens que ocorrem mais homicídios. Gomes e colaboradores (2005), baseados em dados do Datasus, apontam que, em 2000, mais da metade das mortes por causas externas, entre homens jovens de 15 a 29 anos de idade, ocorreram por homicídio.

Ampliando essas discussões, observamos que o maior envolvimento de homens em homicídios e acidentes de transportes – como vítimas ou como autores – pode se articular com dois grandes símbolos masculinos: as armas e os carros. Na análise de Souza (2005),

Os carros simbolizam poder de locomoção, velocidade, liberdade e status social, que são signos de sucesso e de sedução. As armas têm o poder de submeter o outro a seus desejos e interesses, o poder de vida ou morte. Esses objetos são introduzidos desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, e passam a fazer parte do universo masculino com todos os simbolismos que possuem no contexto capitalista ocidental contemporâneo (p. 65).

A construção cultural, e portanto histórica, que contribui para a conformação de uma identidade masculina juvenil aversa ao cuidado, com característica de virilidade, força, concorrência e competição, dentre outros aspectos; corrobora com a vivência de modos hegemônicos de “ser homem” em nossa sociedade, a partir de um processo de construção social que perpassa o imaginário coletivo da sociedade. O lugar historicamente destinado ao homem condiz com este perfil hegemônico de masculinidade, simbolicamente representado



por Nietzsche na figura do Super-Homem<sup>4</sup>, obviamente que a discussão deste filósofo não estava centrada na discussão das identidades de gênero, embora a ideia de superioridade represente o arquétipo masculino ideal.

A história registra que ao Homem foi conferida a centralidade na representação da espécie, constituída por diversos sinais que reforçam no espaço do simbólico a superioridade masculina, fundamentando e justificando os traços das masculinidades hegemônica, e portanto, sua íntima conexão com condutas violentas e de risco. Do ponto de vista político-cultural a espécie humana é denominada de “homo sapiens”, portanto referenciando a centralidade masculina na espécie. A construção do papel social masculino e feminino foi erigido como uma oposição binária constitutiva, assim as características e comportamento entre os sexos aconteciam de forma antitéticas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Relação de características biológicas e comportamentais

<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
<b>Pênis</b>	Vagina
<b>Razão</b>	Emoção
<b>Objetividade</b>	Subjetividade
<b>invulnerabilidade</b>	Vulnerabilidade
<b>Combativo</b>	Passiva
<b>Força/virilidade</b>	Fragilidade
<b>Público</b>	Privado

Fonte: elaboração própria do autor, 2016.

Esses esquemas rígidos que influenciam o imaginário comum da população representa uma visão hegemônica conservadora de gênero, expressão da cultura judaico-cristã ocidental, que solidifica papéis sociais, omitindo o real movimento subjetivo e simbólico que envolve as identidades de gênero, que por mais reprimidas que sejam estão presentes nos espaços sociais, fazendo parte das relações sociais e das identidades. STREY (2008) trata de apresentar algumas teorias que se debruçam sobre as construções epistemológicas que buscam compreender o processo de hierarquização das relações de gênero. Estas se posicionam desde uma visão naturalista, que identificam a subordinação de gênero enquanto um processo de adaptação humana ao trabalho, tendo existido desde o início dos tempos; passando por teorias de base estruturalistas que acredita que a subordinação feminina um papel universal, até aquelas que refletem que o processo de hierarquização é uma construção histórica e social.

Na concepção teórica que fundamenta este ensaio, compreende-se que a relação de subordinação ou dominação é uma relação construída e explicada do ponto de vista de sua

<sup>4</sup> Dentre vários escritos, criou o termo **super homem** para designar um ser superior aos demais que, segundo Nietzsche era o modelo ideal para elevar a humanidade. Para ele, a meta do esforço humano não deveria ser a elevação de todos, mas o desenvolvimento de indivíduos mais dotados e mais fortes.





construção histórica. Numa leitura atual, esse processo de dominação também se realiza tendo por instrumento a coerção e a violência, como forma de manutenção ou recuperação da superioridade masculina construída, como forma de autoafirmação dos sujeitos masculinos. Machado (2001) aponta para a necessidade de reinvenção do masculino, baseado em novas configurações de subjetividades e sociabilidades machistas e o entendimento do masculino como puro poder arbitrário, assim eles podem ser entendidos justamente como uma contraposição à crescente desconstrução e questionamento da masculinidade hegemônica.

Em relação à violência ser vista como um processo de sociabilidade masculina, os espaços mais singelos ou mesmo ingênuos são tidos como lócus privilegiados de ações naturalmente violentas. Estes espaços podem ser problematizados a partir da perspectiva daquilo que Welser-Lang (2001) chama de “casa dos homens”, ou seja, espaços considerados exclusivamente de “machos” responsáveis pelo processo de ensino/aprendizado do ser homem, recintos em que tanto mestres quanto discípulos seriam moldados na perspectiva do modelo hegemônico de masculinidade, forjando suas identidades com dor e sofrimento, tendendo – portanto – a naturalizar a violência como um elemento pertencente ao masculino.

Portanto, a identidade masculina se ancora em múltiplos roteiros, que refletem relações entre os diferentes modelos de masculinidade. Dentro dessa lógica, aquele que consegue ser mais valorizado, com maior legitimidade, se apropriar de outros modelos, concentrando maior poder, pode ser considerado hegemônico. Tal modelo, idealmente formulado e dificilmente seguido por todos os homens, consiste numa referência que, ao mesmo tempo, se impõe e se relaciona com os modelos alternativos ou subordinados (CECCHETTO, 2004)

O Lócus ocupado pelo homem na sociedade não participa de um processo de escolha individual, mas antes, compõe um mosaico de comportamentos socialmente e culturalmente impostos, como forma de reconhecimento de sua masculinidade, conforme bem explicitado por Bourdieu: “Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-la, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante” (2011. P. 63).

Para Bourdieu (2011), este mesmo status que privilegia o homem, no interior da cultura moderna, torna-se também uma armadilha, pois encontra como consequência a “tensão e contensão” permanentes, que o impelem todos os homens a deve se afirmar-se em toda circunstância sua virilidade, portanto, sua posição social construída historicamente. Para este autor, a virilidade, além de expressar sua “capacidade reprodutiva, sexual e social, também



como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga” (Bourdieu, 2011, p. 64).

A concepção de dominação masculina, presente no pensamento de Pierre Bourdieu, embora traga uma grande contribuição heurística para compreensão da construção da identidade masculina e sua relação com práticas de violência. Sua compreensão, parte de um processo de construção histórica da dominação e a busca por demonstração viris de masculinidade, não sinalizando ou nortendo outros paradigmas teóricos que permita a superação ou desenraizção da identidade masculina aos processo de violência e dominação.

Compreendemos, em consonância com Medrado e Lyra ( 2009), que os modos de ser homem e a significação das masculinidades, reservam múltiplas possibilidade, sendo estas polissêmicas, e não unívocas ou uniformes, como quer expressar o pensamento de Bourdieu. Desta forma a superação de práticas violentas, como modo de expressão da virilidade e masculinidade, passa, além da desconstrução simbólica do papel do homem na sociedade, pela necessidade de políticas afirmativas de gênero, que busquem tornar os homens mais críticos e conscientes desses processos históricos podendo construir o rompimento simbólico e material com este espaço construído historicamente para a socialização da figura masculina.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo em tela teve por objetivo central, apresentar algumas reflexões sobre a relação existente entre masculinidades, juventude e violência, numa perspectiva teórica de gênero. Os dados estatísticos e epidemiológicos, extraídos de revisão bibliográfica e de bancos de dados oficiais evidenciou o espectro de violência sofrida e praticada por homens jovens, revelando a importância do tema na cena contemporânea. Um dos fatores para que os jovens tenham sido envolvidos nessa trama da violência é a dificuldade de diálogo entre o conjunto de atores sociais que lidam com esse segmento de forma mais estreita, ou seja, família, setor de educação e de saúde, e o Estado que desconhecem ou pouco valoriza as características e necessidades dessa etapa.

A juventude é marcada/demarcada por profundas transformações nas quais se entrelaçam processos de amadurecimento físico, mental, emocional, social e moral, que são influenciados pelas peculiaridades inerentes a cada sujeito, pelo seu ambiente sociocultural e pelo momento histórico, o que torna complexa a sua delimitação ou conceituação. Poucos espaços são criados para a discussão de gênero, como possibilidades para a construção de uma



nova sociabilidade, composta por sujeitos sociais mais conscientes do seu papel social, bem como da carga cultural machista que perpassa as relações sociais na sociedade.

Mesmo considerando que existe uma carga cultural negativa que relaciona a posição masculina, enquanto espaço de virilidade e por vezes violência, a materialização de episódios violentos exige uma tomada de decisão, portanto, localizando-se no reino da liberdade. Assim, são os homens que definem o comportamento das curvas de violência, quer sejam eles promotores ou vítimas. Pontuamos ainda, que a relação de violência e masculinidade hegemônica não se restringe ao Brasil, está presente ainda em países como os E.U.A., Canadá, Inglaterra, dentre outros.

A alteração nas relações de gênero e sua relação com a violência exige a transformação das conexões existentes entre masculinidade e violência, isto é, promover políticas afirmativas e alternativas para que o homem compreenda o seu papel e responsabilidade em relação a violência e a relações sociais opressivas. Tais políticas devem buscar intervenção não nas diversas formas de violência, mas no espaço da educação formal e informal, trazendo a consciência as inflexibilidades das posições simbólicas masculinas e femininas, construídas pelas entidade moralizadoras (escolas, igrejas, etc) e reproduzidas pelas famílias e sociedade como um todo. Enquanto a educação familiar for perpassada por incentivos a condutas de competitividades entre os meninos, presenteando-os com armas, por exemplo, e não promovendo que os meninos reflitam e expressem suas fragilidades e sentimentos, a reprodução da “masculinidade viril hegemônica” estará presente em nossa sociedade, e com ela, a possibilidade de reprodução de violências.

Para finalizar, é importante ressaltar que as reflexões aqui representadas, longe de ser uma resposta total as complexas tramas que envolvem o fenômeno da violência em nossa sociedade, busca ser mais uma possibilidade de intervenção às políticas públicas afirmativas. Sinalizamos para a necessidade de maiores investimentos em investigações que tratem de compreender os fatores de risco, para além das relações de gênero, como saleinte Minayo et al. (2003) o conceito de risco não tem fronteiras acadêmicas definidas e pode ser abordado tanto pela epidemiologia (sendo um de seus conceitos centrais) como pela sociologia, ciências políticas e economia e antropologia.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W; BRANCO, P. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

BAIERL, L.F. **Medo Social: da violência visível ao invisível da violência**. Cortez. São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Bertrand Brasil, 10ª ed. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12. 852 de 05 de agosto de 2013-** Estatuto da Juventude. Brasília, Secretaria Nacional da Juventude, 2013.

CAMARANO, A.A; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange.. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: C de CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. IPEA, Brasília, 2009.

CECCHETTO FR. **Violência e estilos de masculinidades**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GAWRYSZEWSK, Vilma Pinheiro, et al. **Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública**. Revista saúde pública, 2005 39 (4). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25536.pdf>.

MACHADO, Liz Zanotta. Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Série Antropológica. Brasília: UnB, 2001

MEDRADO, Benedito et al. Princípio, **diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde**. Instituto PAPAI, Recife, 2009.

MINAYO, M.C.S. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública** In: Cadernos de Saúde Pública. Vol. 10 (supl. 1). Rio de Janeiro. 1994.

Minayo MCS, Assis SG, Deslandes SF & Souza ER 2003. Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. *Ciência & Saúde Coletiva* 8(1):97-107.

NOVAES, Regina Cecilia Reynes. **Entre Juventude, Governo e Sociedade (e nada será como antes)** In: PAPA & FREITAS (ORG). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*, São Paulo, Petrópolis, 2011.

SCHRAIBER LB, GOMES R, COUTO MT. **Homens na pauta da saúde coletiva**. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2005; 10 (Supl 1): 7-17.

SOUZA, ER. **Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 59-70, 2005.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: Jacques, Maria das Graça Corrêa (Et al) *Social Contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 2008.

UNESCO-OREALC. **Políticas Publicas de/para/com juventudes**. São Paulo, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013>. WELZER-LANG D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. *Revista Estudos Feministas*, 2001; 2: 460-82